



VIII ENEI
Encontro Nacional de
Economia Industrial e
Inovação

20 a 23 de Maio de 2024

POLÍTICA INDUSTRIAL E
ECONOMIA DO CONHECIMENTO:
NOVAS ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL



INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA ENTRE 2010 E 2023: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TEORIAS DO COMÉRCIO, DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

João Pereira dos Santos¹;

Adriel da Costa Nunes Filho ^{**};

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar e analisar, a partir das Teorias do Comércio e Investimento Internacional e Teorias do Desenvolvimento Econômico, os motivos pelos quais a organização econômica da Amazônia não teve uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento. A delimitação da pesquisa abrange os estados do Amazonas e do Pará, entre 2010 e 2023. A construção metodológica seguiu o método de pesquisa explicativa, apresentando componentes quantitativos e qualitativos. A desorganização econômica do Brasil resultante de um processo não sequencial, descoordenado e inconsistente das reformas econômicas de longo prazo e políticas econômicas de curto prazo restritivas, impediu que o país criasse as condições necessárias para o investimento internacional e mantivesse uma trajetória de crescimento estável. Nesse ambiente de incerteza, o Brasil ficou na dependência de surtos de crescimento (*booms de commodities*) da sua balança comercial e de capital especulativo de curto prazo. Desse modo, o atraso cultural e a dependência cultural, tecnológica e financeira externa se reforçaram mutuamente em um processo sequencial, circular de causação cumulativa de subdesenvolvimento. Nesse círculo vicioso, restou à Amazônia o papel de captadora e geradora de divisas estrangeiras.

Palavras-chave: Amazônia; indústria; causação cumulativa; decisões de investimento; desenvolvimento.

Código JEL: F21 – International Investments, Long Term Capital Movements; L52 – Industrial Policy, Sectorial Planning Methods

Área Temática: 6 – Políticas pública e regulação; 6.7 – Indústria e políticas macroeconômicas

AMAZON INDUSTRY BETWEEN 2010 AND 2023: AN ANALYSIS FROM THE THEORIES OF TRADE, INTERNATIONAL INVESTMENT AND ECONOMIC DEVELOPMENT

Abstract: The present work aims to present and analyze, based on the Theories of International Trade and Investment and Theories of Economic Development, the reasons why the economic organization of the Amazon did not have a dynamic of growth and development. The delimitation of the research covers the states of Amazonas and Pará, between 2010 and 2023. The methodological construction followed the explanatory research method, presenting quantitative and qualitative components. Brazil's economic disorganization resulting from a non-sequential, uncoordinated, and inconsistent process of long-term economic reforms and restrictive short-term economic policies has prevented the country from creating the necessary conditions for international investment and maintaining a stable growth trajectory. In this

* Professor de Economia da UFPA. E-mail: joaopereira@ufpa.br.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. E-mail: adriel.filho@icsa.ufpa.br

environment of uncertainty, Brazil was left dependent on growth spurts (commodity booms) for its trade balance and short-term speculative capital. In this way, cultural backwardness and external cultural, technological, and financial dependence were mutually reinforced in a sequential, circular process of cumulative causation of underdevelopment. In this vicious circle, the Amazon was left with the role of collector and generator of foreign currency.

Keywords: Amazon; industry; cumulative causation; investment decisions; development.

1. INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno complexo que traz impactos distintos nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Enquanto de um lado os países desenvolvidos conseguem tirar proveito tanto economicamente como culturalmente desse modelo econômico capitalista, de outro lado os países subdesenvolvidos que já apresentam certos problemas estruturais, passam a enfrentar novos desafios ou até mesmo o agravamento de seus problemas, enfrentando desigualdades mais acentuadas, tanto dentro do seu território, como em relação a outros países. É evidente que a disparidade econômica entre os países pode ocasionar práticas comerciais que não sejam de benefício mútuo, proporcionando um impacto negativo para as economias mais fracas.

Assim sendo, este artigo investigará a Amazônia brasileira, usando especificamente os estados do Amazonas e do Pará como objetos de estudo, pelo fato de serem os maiores estados da Região, para entender o processo sequencial de causação cumulativa de fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais que influencia a acumulação de capital, o progresso técnico e a mudança da capacidade produtiva da indústria da Amazônia.

Diante disso, o presente artigo se justifica pois a região amazônica, como todo o Brasil, sempre passou por dificuldades de manter um nível de desenvolvimento regular, conseguindo somente certos picos de desenvolvimento no decorrer dessa história. Vale ressaltar que existem estudos que tentam explicar a permanência da Região Amazônica no subdesenvolvimento, no entanto, nenhum estudo utiliza em conjunto as Teorias do Comércio e Investimento Internacional e as Teorias do Desenvolvimento, para explicar a acumulação de capital, o progresso técnico e a mudança da capacidade produtiva da indústria da região, e para tal análise foi colocado o seguinte Problema de Pesquisa: Qual foi o efeito processo sequencial da mudança cumulativa dos fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais para a situação presente de subdesenvolvimento da Amazônia entre 2010 e 2023.

A Hipótese é que o subdesenvolvimento da Amazônia é o resultado da processo sequencial da causação cumulativa de fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais da Amazônia impedirão a criação de condições necessárias para o investimento internacional e mantivesse uma trajetória de crescimento estável. Para responder à pergunta do problema da pesquisa, o objetivo geral será apresentar e analisar, a partir das Teorias do Comércio e Investimento Internacional e Teorias do Desenvolvimento Econômico, os motivos pelos quais a Amazônia não teve uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento, mas, muito pelo contrário, foi caracterizada pelo subdesenvolvimento.

A construção metodológica seguirá o método de pesquisa explicativa, apresentando componentes quantitativos e qualitativos. Foi realizado levantamento bibliográfico e estudos de literatura tanto para dar suporte a base teórica das teorias apresentadas como para dar suporte à análise do problema, como também da estrutura econômica a ser estudada. E em relação a parte quantitativa, para que o objetivo do trabalho seja alcançado, preferiu-se apresentar políticas que trouxeram impacto para a economia o progresso técnico regional. Para isso, foram utilizados dados quantitativos como: exportação e importação, saldo da balança comercial, produção física industrial, IDH, Índice dos Preços da Commodities, entre outros, tendo como base de dados o IBGE, SIDRA, Comex Stat e IPB.

2 RECAPITULAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Entre o final do século XVI e início do século XVII teve início a era do artesanato com a presença do pequeno comerciante e artesão. Nesse período houve a instituição do capitalismo ou do espírito capitalista. A organização emprearial era a companhia monopolista. Foi estabelecido o direito de propriedade e a emissões de ações pelas companhias monopolistas. Culturalmente atrasada, A Amazônia teve como primeira experiência organizada de planejamento econômico o Regime das Missões (1686), que

foi substituído posteriormente pelas reformas de Marquês de Pombal que pragmaticamente procurou copiar a experiência empresarial da Europa com base na aritmética política de William Petty e experimentou na Amazônia uma organização estatal de Companhia monopolista (SANTOS, 2017)

Em 9 de março de 1776, foi publicado *A Riqueza das Nações*: uma investigação sobre sua natureza e suas causas de Adam Smith que criticou o capitalismo mercantilista e modificou os pressupostos do processo produtivo, da organização industrial, da acumulação de capital, do comércio internacional e essencialmente do papel do Estado no Planejamento Econômico para dar sustentação ao modo de produção capitalista empresarial. Dessa forma, o Estado tinha papel fundamental em criar condições para que as empresas pudessem implementar as suas estratégias em um ambiente de livre concorrência guiado pelo mecanismo de preços relativos flexíveis (a “mão invisível”).

Entre 1789 e 1899, ocorreu a Revolução Francesa, a industrialização foi um imperativo político. Dessa maneira, as ideias da Revolução francesa foram utilizados pelas grandes potências da Europa no sentido de liberar a criatividade dos empresários e de aumentar a produção. Em virtude do atraso cultural do Brasil, as ideias da Revolução francesa ficaram consubstanciados na medida promulgada em 1808 por D. João VI de abertura dos portos às nações amigas. Diante de um desconhecimento profundo do desenvolvimento da tecnologia, da organização industrial e estrutura produtiva dos países da Europa em 1809, D. João VI revogou a proibição de instalação de indústrias no Brasil. Mais adiante em 1817, David publica a obra *Princípios de Economia Política e Tributação* onde defendeu a tese da vantagem comparativa de uma Nação com base na diferença nas condições dos fatores de produção ou estrutura produtiva.

No período após a *Viradeira* (1877-1820), ocorreu na Amazônia a desregulamentação das reformas de Marquês de Pombal, escassez de Crédito e interrompeu-se o processo de crescimento cultural do interior, com o fim do planejamento de urbanização das vilas. A organização econômica era o Sistema Extrativista, cujo traço característico foi a ausência de liberdade individual, a ineficiência da mão-de-obra e a presença do comerciante português. A cadeia de adiantamento e endividamento ou Aviamento foi a forma típica e característica de organização comercial para a gestão da atividade extrativista. Nessa circunstância, entre o último quartel do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, a cidade de Belém viveu o seu apogeu econômico e cultural marcado pela construção de obras suntuosas tanto por particulares como pelo próprio Governo. Sob um esquema onde as distinções habituais eram de força pessoal, vantagem, precedência e autoridade, os comerciantes locais eram avessos ao trabalho, viviam da especulação sobre a produção dos colonos e dos índios e procuravam ocupar cargos públicos, manter vínculos e atender a demanda de investimentos do Governo. Essa situação resultou na Revolução da Cabanagem (1831-1840).

Entre 1840-1850, na Amazônia, as lojas varejistas ambulantes eram pesadamente tributadas. Ao redor de 1835, a indústria atacadista, o mercador-capitalista e o Banco Comercial era realizada nos Estados Unidos. Por volta de 1850, os países da Europa Continental especialmente França e Bélgica iniciaram o projeto de Catch-up da Inglaterra. Por seu lado, com o propósito de expandir as vias navegáveis, incentivar o comércio varejista à distância e aumentar a arrecadação de imposto de importação, o Governo Imperial instituiu uma série de medidas de políticas econômicas, comerciais e fiscais, entre as quais se destacaram: i) Lei nº 556, Código Comercial do Império do Brasil, promulgada em junho de 1850; ii) Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que passou a ser considerada como marco jurídico de constituição da propriedade capitalista de terras no Brasil; iii) Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850, instituindo a criação da Província do Amazonas; e iv) Lei nº 586, de 6 de setembro de 1850, que autorizou o governo imperial a contratar a navegação a vapor do rio Amazonas mediante ofertas de subvenções pecuniárias (GREGÓRIO, 2009).

Com a crise do encilhamento em novembro de 1857 no Brasil, o império brasileiro definiu a moeda libra-ouro como a unidade de medida das quantidades econômicas transacionadas na Amazônia. Mitigada a incerteza a respeito da moeda, verificou-se a entrada de fluxos de investimentos ingleses no setor de serviços urbanos, com a fundação, em 1866, da *The Para Gaz Co.* (Companhia de Gás do Pará). Sob o pressuposto de que a navegação a vapor regional poderia competir em igualdade de condições com a navegação inglesa, o governo brasileiro decretou a abertura da navegação internacional na região Amazônica, por meio do Decreto n. 3.920, de 31 de julho de 1867. De forma contrária à livre concorrência, na prática instituiu-se o monopólio das companhias inglesas nos serviços de transporte de mercadorias e passageiros por meio de cabotagem.

Dessa maneira, no terceiro quartel do século XIX, os incentivos das províncias do Pará e do Amazonas era baseado na vantagem comparativa da borracha. Não fazia parte do esquema cultural da Região as instituições voltadas para a indústria. Autoridades não sabiam nada de integração vertical e horizontal, produção setorial, diversificação da indústria, estratégia empresarial e estrutura de mercado. A visão da ciência, da instrução como grande recurso industrial, um patrimônio diferencial era totalmente inconcebível para aquele esquema cultural. Por outro lado, externamente, a Inglaterra tirava proveito da propriedade da tecnologia, do conhecimento, da produção, do transporte e dos recursos financeiros. Nessa realidade, na primeira metade da década de 1870, faziam parte da grande e pequena indústria fabril da Província do Pará uma fábrica de chocolate, outra de sabão e alguns estabelecimentos de diversas artes e ofícios, não havendo no interior senão pequenas oficinas de ordem inferior (PARÁ, 1874, 1875).

Durante a depressão de 1873-1896, os Estados Unidos e os países da Europa apresentaram queda drástica nos preços (deflação) levando muitos empresários a reduzir os custos de produção e alcançar melhores taxas de produtividade. Sob a disciplina de habitação, cumulativamente o hábito criou um complexo de hábitos de pensamentos que moldou as intensas mudanças estruturais da organização industrial e tecnológica e o fortalecimento do setor financeiro, devido ao surgimento dos grandes bancos.

Nessa realidade, o traço característico da economia de crédito era o mercado de capitais. A corporação era a forma típica e característica de organização empresarial para a gestão da indústria. De modo geral, a sociedade de responsabilidade limitada apresentava um método mais moderno de capitalização e um uso mais livre do crédito. Como resultado de procedimentos e conceitos de negócios moldados à imagem da corporação e da economia de crédito, a base da capitalização era dada pela capacidade de ganho da capitalização da corporação como uma empresa em ação - o seu próprio prestígio - *good-will* (relações comerciais costumeiras estabelecidas, reputação de negociações corretas, franquias e privilégios, marcas, marcas registradas (processo legal), direitos de patentes, direitos autorais, uso exclusivo de processos especiais protegidos por lei ou por sigilo, controle exclusivo de fontes particulares de materiais) (VEBLEN, 1915, p. 70; 134-141).

Diante da necessidade de verticalizar a produção e evitar custos de transação, originou-se, na Amazônia, uma vigorosa competição entre os países industrializados, principalmente Estados Unidos e Grã-Bretanha, pelo monopólio da comercialização e distribuição da goma elástica. Pelo lado dos Estados Unidos chegaram à Província do Pará, *The New York Trading Company*, em 1880, e *The Pará Transportation and Trading Company*, em 1888. Em contrapartida, a Grã-Bretanha procurou exercer a hegemonia sobre o principal porto do interior, localizado em Manaus, com a inauguração da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, em 1880, e da *The Manaos Trading Co.*, em 1885. No Pará, foi instalada *The Pará Central Sugar Factory Ltd*, em 1885 (BARRETO, 1977).

Dessa forma, ocorreram profundas mudanças tecnológicas, da organização industrial, do sistema financeiro, do sistema de transporte e do comércio e da internacionalização da produção que as autoridades da Amazônia viam com perplexidade a busca voraz de controle da produção de borracha pelas grandes Corporações Capitalistas. As estratégias, a estrutura de mercado, a concentração de propriedade e capacidade de crédito e poder de mercado das Corporações eram variáveis desconhecidas para aquelas pessoas que pensavam em termos de vantagens comparativas de custos e não em termos institucionais de vantagem de propriedade e custos de transações termos que só muito mais tarde fariam parte do corpo teórico da economia internacional. Além disso, as autoridades estrangeiras procuravam garantir por meio de contratos com países hospedeiros a segurança do comércio e internacionalização da produção de suas corporações, no caso da Amazônia a garantia dos contratos era a receita da borracha.

Com a Proclamação da República em 1889, a industrialização se tornou um imperativo no Brasil. A partir de então pragmaticamente, sem nenhum cuidado com a competição internacional, com sua aplicação no esquema cultural vigente e sem discernimento do real papel do Estado na promoção da eficiência industrial, as autoridades brasileiras passariam a copiar tardiamente o processo de industrialização europeu.

Dadas as garantias da receita da borracha, pelo lado da Grã-Bretanha, foram instaladas as empresas: *Municipality of Pará Improvements*, em 1910; *Amazonas Engineering Company Ltd.* e *Island (Pará) Rubber Estates Ltd.*, em 1912; além da *The Amazon Valley development Co.*, em 1913 (BARRETO, 1977). Com capital de origem americana, foram implantadas as empresas: *The Amazon Wireless Telegraph and*

Telephone Company, em 1911, e *Guaporé Rubber Company, The Moju Rubber Plantations and Development Company* e *Amazon Land and Colonization Co.*, ambas em 1912 (BARRETO, 1977).

A partir de 1911, sob o estímulo do governo inglês, os fabricantes de borracha da Ásia passaram a negociar a goma elástica por um preço abaixo do custo razoável do serviço prestado pelo seringueiro nas circunstâncias em que era fabricada na Amazônia. Além disso, depois de um prologado processo de habituação, ocorreu o avanço da indústria de artefatos impermeáveis e a substituição gradual da borracha por outras substâncias. Com a perda do monopólio da borracha, iniciou-se um contínuo e duradouro processo de especulação baixista sobre o preço da goma elástica, provocando uma crise financeira na Região que se estendeu pela década de 1920 resultando em diversos levante da população contra o status quo.

Em 1929, ocorreu a grande depressão com a quebra da Bolsa de Nova York. Houve crise do liberalismo e reformulação das práticas capitalistas e maior poder de intervenção do Estado que passou a garantir a estabilidade da demanda agregada. Além disso, o Estado deveria estimular o avanço da ciência, a melhoria das condições de fatores, estimular a concorrência e a estrutura de mercado e negociar com Estados hospedeiros a internacionalização do comércio e da produção de suas corporações. De fato, a a garantia pelo Estado da demanda agregada liberou aceleradamente a criatividade e a celerou a produção permitindo que as corporações se tornassem maiores do que os Estados. Os sindicatos também aumentaram seu poder de barganha.

Pragmaticamente, o primeiro governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945 adotou a Política de Substituição de Importações e a Política de Integração Regional. Em 1931, Hecksher/Ohlin definiu o conceito de vantagem comparativa baseado na proporção de fatores. Em 1936, John M. Keynes publicou sua obra seminal *A Teoria do Juro, do Emprego e da Moeda*. Em 1937, Ronald Coase, já havia publicado o seu artigo seminal sobre custos de transação. Entretanto, não havia um mercado financeiro nem um sistema adequado para o financiamento do investimento de risco. Nesse período foram criados lembrar que Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e Companhia Vale do Rio Doce ((1942). Por outra parte, não houve preocupação com a integração vertical para redução dos custos de transação, política setorial para desenvolvimento da capacidade produtiva ou diversificação produtiva das empresas a despeito da integração comercial liberar a circulação de mercadorias. Em última instância, as política cambial, monetária e tarifária do comércio exterior do Governo para controlar o déficit na balança de pagamento tinha um papel estratégico, a busca de criação de vantagem competitivas das empresas ficou em segundo plano. Nessa realidade, com base na vantagem comparativa, o papel da Amazônia era de exportar matéria prima para sul/sudeste e importar produtos industrializados.

Entre 1939 e 1945, ocorreu a segunda guerra mundial que trouxe grandes mudanças tecnológicas: radar, processamentos de computadores (criptoanálise), avião com cabine pressurizada, motores a jato, tecnologia de foguetes, helicóptero de carga. Em dezembro de 1947, foi inventado o transistor. Em 1957, foram desenvolvidas as comunicações por satélite, o controle remoto de televisão sem fio (1955), o cartão de crédito (American Express) (1958). Surgiu uma nova ordem internacional com a promulgação do Acordo de Bretton Woods (1946), entretanto, houve escassez de dólares inicialmente que incentivou a política de substituições no Brasil e uma abundância de dólares entre 1958 e 1967. No Brasil, entre 1945 e 1951, houve a implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável, entretanto o principal produto de exportação ainda era o café (GIAMBIAGI et al, 2011). Para dar conta do financiamento do investimento, foi criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE em 1952 e a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás foi instalada em 1953.

Com relação à Amazônia, em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e, em seguida, em 1954, foi instituído o Programa de Emergência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1954). No Governo Juscelino Kubitschek foi instaurado o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1960). É de saltar aos olhos que todo esse esforço de planejamento do governo foi voltado para promover a estratégia de vantagem comparativa baseado no conceito de proporção de fatores de Hecksher-Ohlin. No ambiente internacional, surgiu o primeiro modelo relacionando inflação e desemprego chamado de curva de Philips em 1958.

Na década de 1960, Milton Friedamn (1968) e Edmund Phelps (1968) cunharam o conceito de estagflação que combinava estagnação (produção decrescente) com inflação (preços). Na Economia

Industrial, Nicholas Kaldor publicou seu artigo clássico para explicar a queda da produção inglesa relacionando progresso técnico, demanda e desenvolvimento da capacidade produtiva em um movimento de causação cumulativa. Em 1966, Vernon publicou seu artigo clássico Investimento Externo e Comércio Internacional no Ciclo do Produto. Posteriormente na década de 1970, aconteceram o primeiro choque do petróleo e fim do Acordo de Bretton Woods (1973) e segundo choque do petróleo (1979). Conforme a teoria de Vernon (1966), no período de estagflação e de localização e de maturação de novos produtos nos países industrializados viabilizou o financiamento do modelo de substituições de importações no I, II e III Plano Nacional de Desenvolvimento tendo cada um a sua versão uma versão regional de Plano de Desenvolvimento da Amazônia I, II, III, baseados no conceito de vantagem comparativa de proporção de fatores de Heckscher-Ohlin.

Dessa maneira, nesse modo de produção capital surgido com a estagflação de 1960, verificou-se ao longo das décadas de 1970 e 1980, o surgimento da era da informação e da comunicação, de uma nova forma de organização industrial baseada no investimento direto externo e no papel do governo de criar vantagem competitiva nos moldes da teoria de Michel Porter ou criar um ambiente de negócios no país doméstico ou hospedeiro para viabilizar a produção internacional nos moldes da teoria institucional de Douglass North e no Modelo Eclético de Dunning. No início da 1990, o Governo Collor sem análise profunda do desenvolvimento da organização industrial, da integração regional dos mercados e da competição no mercado internacional decretou a abertura comercial e expôs as incipientes empresas brasileiras a concorrência voraz das grandes corporações capitalistas Europeias, Japonesas e Americanas.

Entre 1994 e 2002, o Presidente Fernando Cardoso concedeu ao país a executar uma política extremamente personalista baseada na sua teoria da dependência para inserção das empresas brasileiras em um elo subalterno da cadeia de valor. Posteriormente, o Governo Lula (2002-2010) implementou equivocadamente as estratégias de “campeãs nacionais” cometendo o mesmo erro dos militares ao querer criar multinacionais para competir no mercado internacional ao invés de desenvolver uma política industrial consistente de integração vertical, política setorial liderada pelas inovações, diversificação da cadeia produtiva ou até mesmo a inserção de determinadas empresas em ramos estratégicos da cadeia de valor. Nesse ambiente de incerteza e de recorrentes déficits do balanço de pagamentos, foram estabelecidos vários planos de desenvolvimento incentivo à vantagem comparativa estática em detrimento da vantagem competitiva dinâmica.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Teorias do Comércio Internacional

O comércio internacional desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico de um país. Através da troca de bens e serviços entre nações, é possível estimular o crescimento econômico e o progresso técnico. Nesse sentido, a compreensão das teorias do comércio internacional é fundamental para o entendimento das dinâmicas do desenvolvimento econômico e suas implicações para diferentes países.

Conforme a literatura, as vantagens competitivas de uma nação não são somente aqueles fatores que são herdados, como os recursos naturais, mas fatores que podem e devem ser construídos para que uma nação consiga adentrar e se manter competitiva no mercado internacional. Entretanto, não é fácil para grande parte dos países conseguirem construir essas vantagens competitivas, que não são “naturais”, pois necessita de mudança cultural, reformas econômicas e sociais e planejamento econômico e investimentos estratégicos do Estado para induzir o investimento privado.

3.1.1 Teoria das vantagens comparativas de David Ricardo

Uma das principais teorias do comércio internacional é a Teoria das Vantagens Comparativas, elaborada por David Ricardo. Segundo essa teoria, um país deve se especializar na produção daqueles bens e serviços em que possui maior eficiência produtiva relativa, ou seja, possuindo um menor custo de oportunidade, em detrimento daqueles em que possui desvantagens comparativas. Dessa forma, os países podem se beneficiar mutuamente ao comercializar seus produtos, tornando o comércio internacional uma fonte de ganhos mútuos.

Dessa maneira, Ricardo afirma que um determinado país não tem a necessidade de ter a vantagem absoluta na produção de todas as mercadorias e que será mais benéfico e mais saudável uma vantagem

relativa na produção, onde cada país foca na mercadoria ao qual possui melhor estrutura produtiva, o capital utilizado na produção é menor, e com isso eleva a taxa de lucro, pois como o trabalho incorporado em duas mercadorias sempre será diferente entre dois países, então cada país poderá focar na mercadoria ao qual o quantidade de trabalho incorporado é menor.

BAUMANN et al. (2004) observa que a lógica das vantagens absolutas poderá funcionar dentro do mercado interno do país, no entanto, em se tratando do mercado internacional isso não funciona, pois, cada país possui a sua estrutura produtiva, fazendo com que a mobilidade dos fatores entre os países seja muito pequena ou até mesmo inexistente.

É perceptível que o modelo de Ricardo para o comércio internacional está diretamente relacionado às diferenças na produtividade da mão-de-obra de cada país. Pode-se dizer também que são as diferenças tecnológicas de cada país que trazem a condição para que eles consigam ser mais eficiente na produção de um determinado produto, do que em outro.

3.1.2 Teoria de Heckscher-Ohlin

Essa teoria foi primeiramente formulada por Eli Heckscher no ano de 1919, mas foi aprimorada pelo seu aluno Bertil Ohlin, no início da década de 1930. Essa teoria tem uma abordagem diferente da teoria de Ricardo, enquanto Ricardo focaliza sua análise nas desigualdades das funções de produção e diferenças de tecnologia, Heckscher-Ohlin concentra as suas análises na identidade de funções de produção e nas diferenças existentes na dotação ou estoque de fatores de produção, que será o principal determinante das vantagens comparativas do comércio internacional.

Dessa forma, a Teoria de Heckscher-Ohlin demonstra como as vantagens comparativas sofrem influência da interação entre os recursos de uma nação, que será uma abundância relativa dos fatores, e a tecnologia de produção, que por sua vez causa impacto na intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são utilizados na produção de bens diferentes. Em seguida, chega-se à conclusão de que os bens produzidos nas economias possuem uma relatividade intensiva em um dos fatores de produção, com isso eles sofrem impacto caso aconteça a variação dos preços desses fatores, pois os preços dos fatores estarão diretamente relacionados com o preço dos bens.

Mais uma vez, a teoria da proporção de fatores afirma que um país tendo um fator abundante, ele exporta um bem mediante a produção que é intensiva a partir desse fator, e os proprietários desses fatores que são abundantes tem ganhos no comércio, enquanto os proprietários dos fatores escassos perdem. Ademais, há equalização dos preços de fatores de dois países, por causa do comércio internacional, no entanto, isso não acontece caso esses dois países possuam tecnologias de produção diferentes entre eles, e depende da convergência dos preços das mercadorias.

3.2 Teorias do Investimento Internacional

3.2.1 A vantagem competitiva das Nações – Diamante de Porter

A Teoria do Diamante de Michael Porter é uma importante ferramenta para entender a competitividade de uma nação. Segundo a teoria, a competitividade é influenciada por quatro fatores interrelacionados: condições de fatores; condições da demanda; estratégia, estrutura e rivalidade das empresas e, por fim, as indústrias correlatas e de apoio. Para que uma nação seja competitiva, é necessário investimento em infraestrutura, educação e tecnologia, além de um ambiente favorável para a inovação e o conhecimento. Empresas também devem ser incentivadas a investir em pesquisa e desenvolvimento, para que possam criar produtos e serviços de alta qualidade e valor agregado, pois para Porter o conhecimento é fundamental para a competitividade. Com a aplicação da Teoria do Diamante, é possível identificar os pontos fortes e fracos de uma nação e, assim, desenvolver políticas públicas e estratégias empresariais para melhorar a competitividade e o crescimento econômico.

Dessa maneira, o êxito internacional de uma determinada indústria apresenta quatro atributos (o Diamante) que modela o ambiente onde as empresas competem e com isso promove ou impede a criação da vantagem competitiva. Ainda afirma que os determinantes, tanto individualmente como um sistema criam todo um contexto no qual as empresas nascem e competem, ou seja, as empresas conseguem ter vantagens competitivas no momento em que suas bases nacionais permitam e apoiem a acumulação mais rápida possível de bens e práticas especializadas. Então, com um ambiente nacional mais dinâmico as empresas conseguem o estímulo suficiente para que continuem aperfeiçoando e ampliando suas vantagens

no decorrer do tempo.

Conforme dito antes, o primeiro determinante da vantagem nacional é a Condição de Fatores, ao qual diz que esses fatores podem ser agrupados em várias categorias amplas e que a combinação desses fatores diferi entre as indústrias, mas essa vantagem competitiva vinda dos fatores de produção depende da eficiência e efetividade com que eles são distribuídos e isso se reflete nas escolhas feitas pelas empresas de um país. Porter afirma que poucos fatores de produção são realmente herdados por um país, grande parte deve ser desenvolvida com o tempo, por meio de investimento, que pode variar em proporção e dificuldade e que todos os países sempre tem alguma reserva de fatores que nunca foram usados ou foram mal-usados.

Por outra parte, o segundo determinante amplo da vantagem competitiva numa indústria é a demanda interna do produto ou serviço dessa indústria. Porter defende que mesmo que a demanda interna, pela sua influência nas economias de escala, possa promover a eficiência estática, a eficiência mais importante originada dela é a dinâmica, porque segundo o autor é isso que irá determinar o rumo e o caráter da melhoria e inovação pelas empresas do país, e ele dá grande importância para a demanda interna, mesmo se tratando do mercado internacional.

O terceiro determinante amplo da vantagem nacional numa indústria é a presença de indústrias de abastecimento ou indústrias correlatas internacionalmente competitivas, isso porque a vantagem competitiva de algumas empresas fornecedoras confere vantagens potenciais às empresas do país em muitas outras indústrias, em consequência de elas produzirem insumos amplamente usados e importantes para a inovação ou a internacionalização.

Finalmente, o quarto determinante amplo da vantagem competitiva nacional numa indústria é o contexto no qual as firmas são criadas. As metas, estratégias e modos de organizar as empresas em indústrias variam para cada país. Porter afirma que a vantagem nacional resulta de um bom equilíbrio entre essas escolhas e as fontes de vantagem competitiva numa determinada indústria. A maneira pela qual as empresas são dirigidas e optam pela competição é afetada pelas circunstâncias nacionais e muitos aspectos de um país podem influenciar a maneira pela qual as empresas são organizadas e administradas. Uma questão destacada pelo autor é a política governamental que pode facilitar ou dificultar a internacionalização de empresas internas, ou seja, afetando diretamente o êxito das empresas.

3.2.2 Ciclo do Produto de Vernon

Vernon afirma que não existe uma diferença entre as empresas localizadas nos países avançados, isso em se tratando do acesso e o entendimento do conhecimento científico que pode ser incorporado na criação de um novo produto, mesmo que as mais diversas ciências possam ter um alto nível de dificuldade, mas não são inacessíveis. No entanto, mesmo que essas empresas possam ter esse acesso igualitário ao conhecimento científico, isso não seria sinônimo de uma igual probabilidade da sua aplicação na criação de novos produtos, muitas vezes o empresário tendo que fazer uma intervenção aceitando os riscos que podem estar envolvidos nesse empreendimento.

Percebe-se que Vernon dá uma grande importância para o papel do empresário, dizendo que a inovação depende da perspectiva desse empresário, em enxergar, perceber novas oportunidades de empreendimento, e isso o autor afirma que depende da facilidade de comunicação e proximidade geográfica. Assim, devido ao surgimento de uma nova necessidade de consumo, o empresário acha motivação para atender a demanda, e acaba investindo na criação de novos produtos.

Allém disso, Vernon defende a existência de estágios em relação aos produtos, e cada estágio tem suas características singulares: o primeiro estágio apresenta produtos ainda com baixa padronização, onde o interesse principal do empresário é possuir um certo grau de liberdade de diversificação dos insumos; o segundo estágio se caracteriza pela presença de uma baixa elasticidade-preço da demanda, devido a existência de um alto grau de diferenciação da produção ou até mesmo pela presença de monopólio nos estágios iniciais; e o terceiro estágio necessita de uma rápida e efetiva comunicação entre produtor e clientes, em face de grandes incertezas em relação ao mercado.

Por outro lado, Vernon afirma que o crescimento da demanda de um determinado produto implicano no aumento do grau de padronização, e esse é um fator que ele intitula como produto em maturação. A partir de uma produção em massa, haverá a possibilidade da introdução de técnicas para incremento de economias de escala. Nesse estágio de desenvolvimento industrial surge a possibilidade de uma variação de localização das instalações produtivas, pois no momento em que se tem a expansão do mercado nos

países adiantados, para os empresários é o momento de enfrentar o risco de estabelecer uma nova instalação produtiva.

Com relação aos países pouco desenvolvidos, Vernon afirma que eles apresentaram vantagens competitivas relacionadas a localização, a padronização facilita uma articulação internacional em um primeiro momento a mão-de-obra de baixo valor é um grande atrativo. Ademais, os produtos nesses países possuem uma alta elasticidade-preço da demanda, além de poderem ser estocados sem o temor de se tornarem obsoletos.

3.2.3 O paradigma eclético da produção internacional de Dunning

O Paradigma Eclético da Produção Internacional de John H. Dunning é uma abordagem que busca explicar as razões pelas quais as empresas decidem investir em outros países. Segundo essa teoria, as empresas buscam três tipos de vantagens para se internacionalizarem: vantagens de propriedade, vantagens de localização e vantagens de internalização.

As vantagens de propriedade referem-se ao conhecimento e recursos que a empresa possui e que a tornam competitiva no mercado internacional. As vantagens de localização dizem respeito ao ambiente externo ao qual a empresa se insere, como a disponibilidade de recursos naturais, infraestrutura, mão de obra qualificada, entre outros fatores. Já as vantagens de internalização se referem à capacidade da empresa de controlar e gerenciar suas operações internacionais de forma eficiente. O autor destaca a importância do conhecimento para a produção internacional e como as empresas podem aproveitar essas vantagens para obter sucesso no mercado global.

Essa teoria proposta por John H. Dunning objetiva uma abordagem abrangente para se entender o processo de internacionalização das empresas, com isso ele dá destaque a certas vantagens. Assim sendo, o autor afirma que existem custos de transações que são positivos nos mercados de bens intermediários, ao qual afirma que seja uma falha de mercado crucial. A partir disso, as empresas podem se utilizar dessas falhas como justificativa para a internalização das transações, acontecendo uma transferência de produtos intermediários dentro da mesma empresa, tudo isso para que sejam otimizados os custos e a eficiência.

Dunning explora três tipos principais de falhas de mercado transacionais: 1) aquelas que surgem de risco e incerteza; 2) aquelas que decorrem da capacidade das empresas de explorar as economias de produção em larga escala e 3) as falhas que ocorrem quando a transação de um determinado bem ou serviço gera custos e benefícios externos a essa transação, mas que não estão refletidos nos termos acordados pelas partes da transação.

Por outro lado existem falhas de mercado espaciais, como as distorções estruturais de mercado que seria aqueles decorrentes de alguns tipos de intervenção do governo, as quais afetam os custos e/ou receitas de produzir em locais diferentes; e as imperfeições de mercado transacional que estaria relacionada a atividade da multinacional sempre ocorrendo onde existe ganhos de transação suscetíveis de resultar na governança comum de atividades em locais diferentes.

Com isso, a decisão de produção internacional seria influenciada pela percepção das empresas a respeito da combinação espacial de produtos intermediários, mas sempre levando em consideração as falhas de mercado, como barreiras comerciais, custos de transporte e formação de blocos comerciais regionais.

3.3 Teorias do Desenvolvimento Econômico

É importante ressaltar que as teorias do comércio e investimento internacional não são aplicáveis de forma homogênea para todos os países. Existem fatores endógenos e exógenos que podem influenciar o desenvolvimento econômico e a participação desses países no comércio e investimento internacional. O subdesenvolvimento, por exemplo, é uma condição que afeta significativamente a capacidade de um país em se engajar de forma eficiente no comércio internacional.

O subdesenvolvimento está diretamente relacionado com a acumulação de capital, o progresso técnico e a demanda. A falta de recursos e investimentos necessários para promover o desenvolvimento econômico pode levar ao subdesenvolvimento de um país. Além disso, a falta de progresso técnico e inovação pode prejudicar a competitividade das empresas nacionais no mercado internacional, dificultando a inserção econômica desses países.

A demanda também desempenha um papel importante na conexão entre as teorias do comércio internacional e o desenvolvimento econômico. A capacidade dos países em satisfazer a demanda

internacional por seus produtos é um fator determinante para o seu sucesso no comércio internacional.

3.3.1 Causação circular e acumulativa de Myrdal

Myrdal afirma que o subdesenvolvimento não pode ser explicado somente abordando os fatores econômicos, pois este fenômeno se trata de uma questão mais complexa que também abrange fatores sociais, culturais e políticos. Dessa maneira, ao se examinar o desenvolvimento econômico de uma determinada região é de suma importância que se leve em consideração a interação de todos esses elementos. Além disso, Myrdal critica as teorias econômicas tradicionais pelo fato delas ignorarem ou não darem tanta importância aos fatores não econômicos e por isso, não conseguem explicar as realidades das economias subdesenvolvidas.

Os países subdesenvolvidos têm todo um conjunto de desafios e, diferentemente dos países desenvolvidos que possuem os seus índices em constante crescimento, possuem rendas baixas, chegando em alguns momentos apresentar um retrocesso, possuem uma baixa capacidade na formação de capital e também em investimentos, isso acaba gerando diversos outros problemas, como a falta de recursos e de um progresso técnico considerável, que é de suma importância para o desenvolvimento.

Nesse cenário, o autor fala sobre a existência de uma relação circular que seria uma relação de causas e consequências que certos tipos de ações poderiam gerar um processo cumulativo, e esse processo poderia se comportar de maneira que levaria a um crescimento ou a um decréscimo, ou seja, levando em consideração os países desenvolvidos e subdesenvolvidos pode-se dizer que: um país rico ficaria mais rico e um país pobre ficaria mais pobre.

Então ao descrever o processo de Causação Circular Cumulativa, Myrdal aborda fatores que se relacionam mutuamente, ou seja, fatores que ao mesmo tempo seriam causa e efeito um para o outro, e ainda completa que se essas forças se equilibrariam, causando um efeito para que as coisas permanecessem inalteradas. No entanto, se caso um desses fatores fosse alterado, ele consequentemente impulsiona o que ele diz ser “um processo acumulativo de interação mútua”, o que aconteceria continuamente, pois receberia apoio do outro fator. Diante disso, todo o sistema de maneira circular se direcionaria para uma mudança primária, o que continuamente aconteceria de maneira mais ampla.

Para Myrdal todo o sistema não é um fator que se direciona para o equilíbrio, pelo contrário, ele naturalmente se distancia cada vez mais disso, e ainda diz que um dos contribuidores para esse fato seria a causação circular, que tem a potencialidade de se tornar acumulativa. Mas a questão é que esse processo de Causação Circular Cumulativa, para o autor é uma explicação para o fato da persistência da desigualdade entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, pois as regiões podem adentrar em um ciclo virtuoso ou vicioso ou seja, experimentar um desenvolvimento de maneira contínua ou permanecer economicamente estagnada ou até mesmo apresentar uma regressão. Com isso também ele observa a necessidade de haver até mesmo uma intervenção política para que se auxilie na quebra dos ciclos viciosos para que se consiga iniciar um ciclo virtuoso.

Percebe-se então a existência de uma grande disparidade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e para o autor as relações internacionais tem um papel muito grande em manter firme essa disparidade, pois percebe-se que o comércio internacional na maioria das vezes traz somente benefícios ou os maiores benefícios somente para as nações mais ricas e muita das vezes utilizando de certa forma a exploração das nações mais pobres, o que condiciona ainda mais força para que a disparidade os países desenvolvidos e subdesenvolvidos permaneça continuamente.

3.3.2 Causação Cumulativa da teoria do comércio internacional - Kaldor

Kaldor faz uma crítica à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, pois ele não acredita que os países em desenvolvimento devem se especializar na produção de matérias-primas e minerais que eles são relativamente mais eficientes, pois com isso os países frequentemente mantêm setores que têm baixa produtividade e argumenta que a especialização em setores que são de alta produtividade podem gerar externalidades positivas, como a inovação e aprendizado, o que seria de grande benefício para a economia, ao contrário dos setores de baixa produtividade que não necessariamente trazem uma boa posição para o país na competição internacional.

Kaldor argumenta que a acumulação de capital é um fator essencial para o crescimento econômico, e que isso se dá mediante a poupança e o investimento. Assim sendo, deve ser prioridade o

investimento em bens de capital para que o crescimento econômico aconteça de maneira sustentada. Além disso, a acumulação de capital impulsiona o progresso técnico, estimulando assim a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, o que por sua vez contribuiria para a melhoria da produtividade e a expansão da capacidade de produção.

Dessa forma, Kaldor dá grande importância aos retornos crescentes, ao afirmar que uma produção em larga escala causa economias de escala e eficiência produtiva, e ainda completa que nas indústrias gera o princípio da Causação Circular Cumulativa, que é falado pelo economista Gunnar Myrdal. Mais especificamente, Kaldor trata da interdependência entre fatores dinâmicos e estáticos na causação do retorno crescente com um crescimento na escala das atividades industriais. No entanto, ele aborda também a possibilidade de que esses ganhos de produtividade possam gerar desequilíbrios entre os setores produtivos, causando dessa forma desigualdades e concentrando o crescimento em determinadas indústrias.

Para Kaldor o caminho para um progresso econômico sustentável está diretamente ligado aos investimentos sendo direcionados para diversos setores da economia, e isso traz diversos benefícios para a economia de um país. Dessa forma, a diversificação de investimentos em diferentes setores faz com que a alocação de recursos seja distribuída de maneira mais ampla, beneficiando diversos setores e isso faz com que determinado país tenha uma maior resiliência econômica, além também de promover cada vez mais empregos, empregos esses que não estão focados em setores de baixa sofisticação, fortalecendo assim a demanda interna, por fim levando a um crescimento sustentável.

No entanto, Kaldor observa que grande parte dos países em desenvolvimento acaba vivenciando um crescimento desequilibrado, que mesmo que em um primeiro momento traga benefícios, no longo prazo proporciona consequências indesejáveis, pois com poucos setores dentro de uma economia sendo beneficiados, com o tempo faz com que essa economia passe a estar vulnerável a diversas flutuações de mercado, justamente pelo fato de não possuir uma diversificação econômica, muitas focando somente em indústrias extrativas e agricultura.

Então, Kaldor acha necessário que haja políticas que promovam o investimento equilibrado, pois com isso reduziria as desigualdades, principalmente para os países em desenvolvimento que possuem vários problemas internos, que não necessariamente estão ligados ao âmbito econômico, além também de buscar por soluções que ajudem a superar os obstáculos vivenciados dentro das nações subdesenvolvidas.

3.3.3 Desequilíbrios do balanço de pagamentos – Thirlwall

Thirlwall vai se contrapor a abordagem neoclássica do porquê das taxas de crescimento econômico se diferenciarem entre países. Esta abordagem tem uma visão concentrada no lado da oferta, utilizando dessa forma o conceito de função de produção para distribuir o crescimento do produto entre capital, trabalho e produtividade total dos fatores. Por sua vez, Thirlwall afirma que essa visão não consegue mostrar por que as taxas de crescimento da oferta e da produtividade variam entre países, de modo que ele sugere como alternativa uma perspectiva keynesiana, que tem um destaque para o lado da demanda como um dirigente do sistema econômico, e assim a oferta se adaptaria, dentro dos seus limites.

A partir da visão keynesiana, de uma demanda que impulsiona o sistema econômico, tem-se que as taxas de crescimento são diferentes pelo fato de haver variações das taxas de crescimento da demanda entre os países. Thirlwall explica que essas diferenças podem surgir devido à incapacidade dos agentes econômicos de expandir a demanda das suas nações. Por outra parte, ele defende a existência de restrições sobre a demanda, e que em uma economia aberta, o balanço de pagamento é a restrição mais dominante. Assim sendo, ele enfatiza a importância de uma nação ter um balanço de pagamentos saudável.

Para Thirlwall se faz necessário toda uma análise para que se explique como que a taxa de crescimento dividida pela elasticidade renda da demanda por importações pode ser uma medida da taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos. É evidente a necessidade de se manter um balanço de pagamentos saudável, pois quando um determinado país passa enfrentar dificuldades no seu balanço de pagamentos ao expandir a sua demanda, como o próprio autor afirma, isso pode gerar um ciclo vicioso de problemas econômicos.

Em seu modelo, Thirlwall mostra que o crescimento liderado pelas exportações pode ser uma estratégia para aumentar o crescimento sem o contraponto de trazer prejuízos ao balanço de pagamentos. Só que ele menciona que a mesma taxa de crescimento das exportações não garante a mesma taxa de crescimento do produto, e isso se dá pelo fato de que cada país apresenta uma peculiaridade própria, ou

seja, há diferenças nas necessidades de importações associados ao crescimento de cada país. Assim ele afirma que para alguns países pode haver a necessidade de que a restrição da demanda aconteça de maneira antecipada a de outros países. Desse modo, a proposta de Thirlwall é que o equilíbrio no balanço de pagamentos sirva de influência para a taxa de crescimento a longo prazo de um país.

Ademais, Thirlwall vê a importância de que a política para os países que necessitam ou que buscam alcançar um crescimento mais rápido, priorize primeiramente a redução da restrição do balanço de pagamentos sobre a demanda, pois no momento em que um país aumente a sua capacidade produtiva sem ter a possibilidade de aumentar a sua demanda, por causa do seu balanço de pagamentos, isso acarreta desemprego.

3.3.4 Teoria e política do desenvolvimento econômico – Celso Furtado

Celso Furtado diz que o desenvolvimento apresenta três linhas distintas: a primeira sendo aquela observada na Europa Ocidental, onde aconteceu uma desorganização da economia artesanal pré-capitalista, chegando a um alto nível de produção; a segunda linha acontece quando esse desenvolvimento Europeu se expande para além das suas fronteiras, que chega a terras que sejam desocupadas, mas que possuam características que se assemelha com as da Europa, como é o caso da Austrália; e a terceira acontecendo pela expansão da economia industrial europeia em regiões que já eram ocupadas, ao qual os sistemas econômicos presentes que existiam nessas regiões eram dos mais variados tipos, além também de possuir uma natureza pré-capitalista.

Essa estrutura dualista apresentada por Furtado (1983) é uma característica presente em sociedades em desenvolvimento. De fato, esse dualismo econômico é descrito por ele como disparidades que podem existir entre áreas urbanas e rurais, entre os setores industrial e agrícola, bem como entre diferentes estratos da sociedade, e esse fator seria consequência da modernização da economia, o que pode levar também a um círculo vicioso de pobreza e desigualdade.

Outro ponto importante que Furtado (1983) aborda é o fato de o subdesenvolvimento não ser uma etapa para o desenvolvimento, ou seja, para um país ser considerado desenvolvido ele não necessariamente precisaria ter possuído o status de país subdesenvolvido anteriormente, o subdesenvolvimento para ele é um “processo histórico autônomo”.

Percebe-se então que o desenvolvimento econômico não acontece de forma igualitária, e quando essa economia passa a se desenvolver de forma globalizada os países desenvolvidos e subdesenvolvidos acabam entrando em círculos virtuosos e viciosos, respectivamente. Com isso no momento ao qual uma empresa de um país desenvolvido adentra ao território de um subdesenvolvido os benefícios advindos da renda desse empreendimento será diferente para cada um desses países.

Uma coisa que fica evidente é a dificuldade que os países em desenvolvimento enfrentam na acumulação de capital e o pouco que conseguem muitas vezes não possuem um dinamismo suficiente para trazer os benefícios que possam promover o seu desenvolvimento. E tudo isso se soma com todos os problemas que podem ser encontrados que vão além âmbito econômico, onde eles apresentam desigualdades sociais, pois o dualismo econômico pode encaminhar esses países ao ciclo de pobreza e desigualdade, onde as áreas tradicionais ou menos desenvolvidas acabam ficando presas a esse ciclo e os benefícios do desenvolvimento se concentram somente em áreas mais modernas.

Por isso que se faz necessário a elaboração de política públicas de desenvolvimento, que visem a redução das desigualdades e que promovam um desenvolvimento equitativo e Furtado deixa isso claro quando afirma que essas políticas de desenvolvimento devem levar em consideração essa dualidade econômica e social presente dentro do país, para então buscar formas de superá-la.

Percebe-se assim uma certa dificuldade dos países subdesenvolvidos em terem acesso a tecnologias, muitas vezes ficando dependente de equipamentos advindos de países já industrializados e isso pode acarretar vários outros problemas. Ademais, Furtado destaca que os desequilíbrios que acontecem na distribuição de recursos contribuem para uma alocação ineficiente dos fatores de produção, podendo acarretar em uma subutilização de recursos, ou até mesmo na exploração dos trabalhadores e na degradação ambiental.

3.3.5 Desenvolvimento Desequilibrado – Hirschman

Um dos principais pontos destacado por Hirschman é que os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos não possuem as mesmas condições, e que os países subdesenvolvidos não possuem forças necessárias para

poderem se desenvolver sozinhos, para alcançar o desenvolvimento, tudo isso devido as suas características internas, de modo que ele necessita de ajuda para que o desenvolvimento aconteça.

Assim sendo, Hirschman defende que é o papel do Estado, mediante a políticas públicas, de dar esse impulso necessário para o desenvolvimento, e isso deve abranger as necessidades dessa economia, podendo ser: capital, educação, tecnologia, melhoria do sistema bancário, infraestrutura, entre outros. E deve ser feito toda uma análise em toda a produção já existente nessa economia e com isso os desequilíbrios (escassez de oferta e demanda) que forem encontrados no processo produtivo devem ser incentivados, pois eles trarão as condições necessárias para o desenvolvimento. E essa análise da produção já existente é o que ele aborda quando fala dos encadeamentos para frente e para trás da sua teoria.

Hirschman crê que as atividades diretamente produtivas levarão a potencialização do desenvolvimento econômico, sobretudo, nas atividades secundárias e terciárias, pois é por meio delas que serão geradas ações dos encadeamentos para frente e para trás, o que também dá margem ao advento da indústria mestre que, pela sua própria necessidade de consumo, provoca o nascimento de indústrias satélites em sua volta.

Percebe-se que na teoria de Hirschman o processo de desenvolvimento segue sendo um processo complexo e dinâmico, observando-se alguns fatores ao qual ele prioriza nesse processo de desenvolvimento, como uma diversificação econômica, que auxiliaria justamente para reduzir a vulnerabilidade a choques econômicos, que os países subdesenvolvidos estão frequentemente sujeitos, tanto internamente quanto externamente, e isso com o objetivo de construir uma economia mais resiliente. Outro ponto seria o progresso técnico, ao qual ele fala que é necessário haver esse incentivo de investimento em pesquisa e desenvolvimento, tornando possível que os países sejam economicamente mais avançados.

Além disso, Hirschman afirma para que o desenvolvimento aconteça é necessário que se faça toda uma estratégia que seja adaptada para a realidade específica de cada país, e isso deve abranger políticas setoriais que estejam direcionadas para o benefício de indústrias que sejam chave para o desenvolvimento econômico, fazendo com que esses setores se tornem mais competitivos, para com isso o país consiga integrar e aproveitar as oportunidades e benefícios advindos do comércio internacional.

3.3.6 Convergência e Similaridade entres as teorias do comércio e investimento internacional e teorias do desenvolvimento

Ao estudar as diferentes teorias do comércio e investimento internacional e do desenvolvimento econômico, constatou-se que o processo sequencial de causação cumulativa, as condições de demanda e o desenvolvimento da capacidade produtiva são fatores recorrentes nas diferentes abordagens que explicam a permanência de um país com o status de subdesenvolvido.

De fato, em se tratando de países em desenvolvimento, a construção de vantagens competitivas endogenamente é na maioria das vezes mais difícil, pois a maioria desses países possuem uma riqueza natural muito grande, atraso cultural e instituições enraizadas, de modo que as mudanças institucionais com foco nas vantagens comparativas estáticas para manutenção do status quo se torna muitas vezes mais cômodo. Nessa situação de fragilidade institucional, a organização econômica nacional/regional é induzida e se molda à cultura, hábitos acumulados e instituições dos países desenvolvidos que permitiram a criação nestes de condições necessárias para acumulação de capital, progresso técnico e investimento externo, o que acaba gerando um processo sequencial, circular de causação cumulativa de dependência e subdesenvolvimento, com exigências de tecnologias, de infra-estrutura e financeiras levando os países em desenvolvimento ao financiamento do investimento com poupança externa de curto e longo prazo e importação de tecnologias e infra-estrutura, sem fomentar a inovação, com a transferência de propriedade das empresas nacionais para o capital estrangeiro, aumento do PIB a custa da produção de matérias-primas e minerais, com preços dependentes dos ciclos de commodities, exportação de produtos de baixo valor agregado, baixa competitividade e importação produtos de alto valor agregado e pagamento de juros do capital de curto prazo e remessa de lucros, causando no médio prazo desequilíbrios nas transações correntes e o financiamento do déficit do balanço de pagamentos dessas nações culturalmente atrasadas em grande com capital externo especulativo de curto prazo.

Desse modo, o atraso cultural e a dependência cultural, tecnológica e financeira externa se reforçam mutuamente em um processo sequencial, circular de causação cumulativa de subdesenvolvimento. O atraso cultural que foca nas vantagens comparativas estáticas e provoca restrições de demanda, causa a

dependência cultural, tecnológica e financeira externa e a dependência cultural, tecnológica e financeira externa alimenta o atraso cultural e a manutenção do status quo.

4 ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA ENTRE 2010 E 2023

4.1 Antecedentes

Nas décadas de 1970 e 1980 cresceu na Europa, Japão e Estados Unidos a demanda de serviços pelo mercado consumidor por causa do crescimento da renda per capita nesses países e do avanço tecnológico. Em particular, os componentes tecnológicos, informação e de conhecimento de muitos serviços cresceram. A demanda por serviços dos produtos aumentou porque os bens ficaram mais complexos e as condições mais competitivas. O valor dos serviços passou a consistir em várias entradas de serviços tipo marketing e design (WIR, 1991).

De fato, a Telecomunicação se tornou um conjunto sofisticado de atividades empregando a mais moderna tecnologia intimamente ligada ao desenvolvimento em computadores, microeletrônica, fibra ótica e satélites. Ainda na década de 1980, foi criada a impressão 3D e lançada a primeira geração de rede móvel sem fio 1g. Em 1991, a partir da internet desenvolvida na década de 1960, surgiu a rede de computadores *Web* que conectou computadores de todo o mundo. Em consequência do desenvolvimento da criptografia surgiu a tecnologia Blockchain. Em 1997, surgiu o termo big data e a tecnologia de computação em nuvem (*cloud*). Em 1999, foi criada a Internet das coisas. Além disso, foram desenvolvidas várias aplicações da inteligência artificial.

Como resultado do processo social, ocorreu uma sequência de mudança consecutiva na tecnologia dando origem a um complexo de tecnologias, onde uma tecnologia era dependente da outra, que forçaram persistentemente a formação de hábitos de pensamentos que moldaram as atividades de educação, contabilidade, serviços financeiros, transporte e turismo. Além disso foram criadas novas formas de moeda e de propriedade.

O advento dos fluxos de dados transfronteiriços por meio da convergência de tecnologias de computador e telecomunicações mudou a limitada negociabilidade de muitos serviços fundamentalmente, porque os fluxos de dados transfronteiriços permitiram transações interativas instantâneas e de longa distância via sistema de comunicação computadorizado transnacional. Assim sendo, a tecnologia digital inculcou hábitos de pensamento em termos de rede e sua disciplina remodelou, em grande parte, as concepções correntes quanto à natureza substancial do que se passavam na corrente do fenômeno cujas alterações excitavam a curiosidade científica. Possuir efeitos de redes se tornou um dos principais desejos dos empreendedores focados em conseguir escala e aumentar valor de mercado (WIR, 1998, p. 22).

Dessa maneira, atualmente, a organização econômica é baseada no Sistema Capitalista ou o Sistema Industrial, cujos traços característicos é a tecnologia da informação e da comunicação e a Corporação Transnacional. A cadeia de valor é a forma típica e característica de organização em rede para a gestão da atividade industrial. Os negócios e indústria são conduzidos pela regra de investimentos externos diretos em busca de lucros e a disciplina de habitação às exigências do controle da propriedade inculca hábitos de pensamentos em termos de preços, as considerações de negócios são considerações de preço, contabilidade pecuniária, transações comerciais e cálculos em termos pecuniários, como empréstimos, descontos e capitalização, adequadas ao trabalho do tráfego dos negócios -investimento, concessões de crédito, empréstimos de todos os tipos e graus, com pagamento de juros e o resto -, para exercer o controle coercivo das forças da indústria e estabelecer o ritmo e determinar a direção do movimento para o resto.

Diante dessa mudança tecnológica e da organização econômica de Japão, Europa e Estados Unidos, a estratégia inicial das corporações transnacionais dos países desenvolvidos foi a de produzir serviços intensivos em informação e conhecimento e de transferir aos países subdesenvolvidos a produção de produtos de telecomunicação e de serviços financeiros baseada em simples tecnologia eletromecânica dependente em grande parte do custo direto de produção e suprimentos de materiais; a produção de produtos minerais intensivos em energia e geradores de problemas ambientais; e também a indústria de produção de extratos de plantas e aditivos para uso em alimentos em bebidas e alimentos. Aproveitando-se da dependência recursos externos dos países subdesenvolvidos, as Corporações transnacionais usaram seu

poder de barganha de realização de investimento externos diretos para forçar os Governos a revisarem as suas políticas protecionistas no que diz respeito a muitas indústrias extrativas, de transformação e serviços (WIR, 1998).

O quadro 1 apresenta as reformas econômicas de longo prazo entre 1968 e 2015 ocorridas no Brasil. Dessa maneira, o processo não sequencial, não cumulativo, descoordenado e inconsistente de reformas econômicas de longo prazo ocorridas no Brasil nas décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 e o planejamento econômico de curto prazo e suas respectivas políticas fiscal e monetárias promovidas pelo Governo para manter a ordem e crescimento estável foram na direção de promover a indústria, a ciência e tecnologia e o comércio exterior, mas sofreram a influência da seleção e conservação das instituições predatórias e arcaicas do Brasil.

Quadro 1 - Políticas Industriais e de Ciência, Tecnologia e Inovação Implementadas no Brasil

Período	Política Industrial	Política Científica e Tecnológica	4.2	
1968	Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)			
1969				
1970				I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)
1974				
1975	II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)			
1979				
1985		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico I (PADCT I)		
1990				
1991		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico II (PADCT II)		
1997		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e tecnológico III (PADCT III)		
1998				
2004	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI)		
2007				
2008	Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)			
2009				
2010				
2011	Plano Brasil Maior (PBM)	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)		
2012				
2013				
2014				
2015				
2016				
2017				
2018				
2019				
2020				
2021				
2022				

Fonte: Macedo Filho (2016)

Por outro lado, as modernas corporações transnacionais europeias, japonesas e americanas tentaram estabelecer o novo modo de fazer as coisas, a nova tecnologia, a nova indústria no Brasil entretanto as instituições predatórias europeias especialmente aquelas voltadas para fazer dinheiro a partir do nada, ou

seja, as instituições do mercado financeiro se entrelaçaram com as instituições arcaicas do Brasil de modo que cumulativamente permaneceram e se fortaleceram no Brasil as instituições voltadas para vantagem pessoal, status, força, discriminação e autoridade, com cada presidente mudando de plano e de estratégia de desenvolvimento conforme a sua vontade sem respeitar o plano precedente, o processo de aprendizado, a experiência, o costume de planejamento de longo praticado e aceito em vários países há anos.

Com base nesse esquema cultural continuou e se fortaleceu no Brasil a indústria baseada na vantagem comparativa estática, altamente instável, criando-se um ambiente de incerteza, redução do investimento externo direto de longo prazo, a tomada de propriedade de empresas brasileiras pelos estrangeiros, queda da formação bruta de capital fixo e a especulação no mercado financeiro de curto prazo sustentadas pela política monetária de juros altos e pela política fiscal de endividamento público em razão de elevados gastos em infraestrutura para sustentar a indústria extrativista.

De fato, nas décadas de 1960 e 1990, o Brasil apresentou uma falha de coordenação entre as Políticas industriais e Política Científica e Tecnológica. Já nas décadas de 1990 e 2010 houve um esforço coordenado de desenvolvimento da indústria e da ciência e tecnologia, entretanto, verificou-se inconsistência nos planos de longo prazo, a atualização das reformas não segue as reformas precedentes, toma um caminho cego sem propósito tentando acompanhar o avanço tecnológico dos países desenvolvidos, mas sem nunca os alcançar.

Diante da desorganização econômica, de um ambiente de incerteza causado pela inexistência de um plano duradouro de longo prazo e políticas econômicas de curto prazo restritivas não há acumulação de capital, progresso técnico e desenvolvimento da capacidade produtiva e investimento internacional, os empresários não sentem a confiança necessárias para fazer investimentos de risco de longo prazo no Brasil pelo contrário, para o Brasil financiar os resultados financeiros deficitários da desorganização econômica, o Brasil fica na dependência de surtos de crescimento (*booms de commodities*) da sua balança comercial e de capital especulativo de curto prazo. Nesse círculo vicioso, de produção extrativista e dependência de divisas estrangeiras se reforçando mutuamente, entre as décadas de 1960 e 2010, verificou-se o crescimento da produção de minério de ferro no Estado do Pará e o desenvolvimento da produção de produtos padronizados originados de países estrangeiros no Estado do Amazonas.

Exportações e importações dos Estados do Pará e Amazonas

A Tabela 1 apresenta a quantidade Importada e Exportada em US\$, assim como o saldo do Balanço Comercial do Estado do Pará, a partir do ano de 2010 até o ano de 2023.

Tabela 1: Balanço Comercial do Estado do Pará

Ano	Exportação Valor FOB (US\$)	Exportação Quilograma Liquido	Importação Valor FOB (US\$)	Importação Quilograma Liquido	Saldo do Balanço de Pagamentos
2023	18.158.477.624	145.923.165.478	1.645.843.925	3.076.132.705	16.512.633.699
2022	21.515.318.367	176.039.224.360	2.739.424.145	3.999.033.681	18.775.894.222
2021	29.525.877.817	192.824.366.601	1.542.984.275	3.443.818.114	27.982.893.542
2020	20.611.770.877	199.829.501.135	1.199.622.713	3.519.836.075	19.412.148.164
2019	17.841.240.552	197.904.883.416	1.225.544.371	2.825.273.093	16.615.696.181
2018	15.568.661.845	209.072.065.151	1.189.574.918	2.674.032.571	14.379.086.927
2017	14.484.259.391	185.419.269.359	975.505.612	2.818.370.403	13.508.753.779
2016	10.511.067.616	167.728.504.086	1.111.091.455	2.842.999.139	9.399.976.161
2015	10.271.128.579	144.379.018.686	953.901.945	2.842.872.291	9.317.226.634
2014	14.256.009.692	130.186.713.609	977.337.495	3.227.572.960	13.278.672.197
2013	15.851.484.259	126.151.725.145	1.118.646.759	3.139.207.490	14.732.837.500
2012	14.775.566.142	117.301.504.326	1.370.423.579	3.255.581.938	13.405.142.563

2011	18.335.356.131	116.098.240.745	1.345.405.091	3.587.024.214	16.989.951.040
2010	12.833.142.946	93.408.596.358	1.148.559.310	3.555.226.242	11.684.583.636

Fonte: Comex Stat (2023)

A partir da Tabela 1 notou-se que aconteceu no período de 2010 a 2023 uma instabilidade no valor das exportações, no entanto, o estado do Pará ainda conseguiu manter uma tendência de crescimento nas suas exportações. Já nos anos de 2011, US\$18,3; 2019, US\$ 17,8 e 2021, US\$ 29,5 trilhões de dólares houve crescimento muito acima da média das exportações, que ficou em torno de US\$15,6 trilhões de dólares. Por outra parte, levando em comparação o valor monetário em relação ao volume em quilo das exportações, verificou-se uma relação desproporcional de certo impacto devido ao aumento do preço internacional e também por um Boom de Commodities registrados em 2007/2011 e 2018/2022.

Desse modo, o desempenho acima da média das exportações dos anos de 2011 e 2019 e 2023, deveu-se à valorização nos preços das commodities, pois conforme o gráfico 1 nos respectivos anos houve alta nos preços do minério de ferro, que foi o principal produto exportado pelo estado do Pará. Ainda com relação à volatilidade dos preços das commodities, observou-se nos anos de 2021 houve uma queda nos volumes de exportação, no entanto, mesmo com essa queda ainda aconteceu o crescimento na arrecadação com as exportações. Por outro lado, verificou-se o contrário entre 2013 e 2015, onde houve um aumento no volume das exportações, mas com o contraponto de se ter uma arrecadação menor se comparado com o ano anterior.

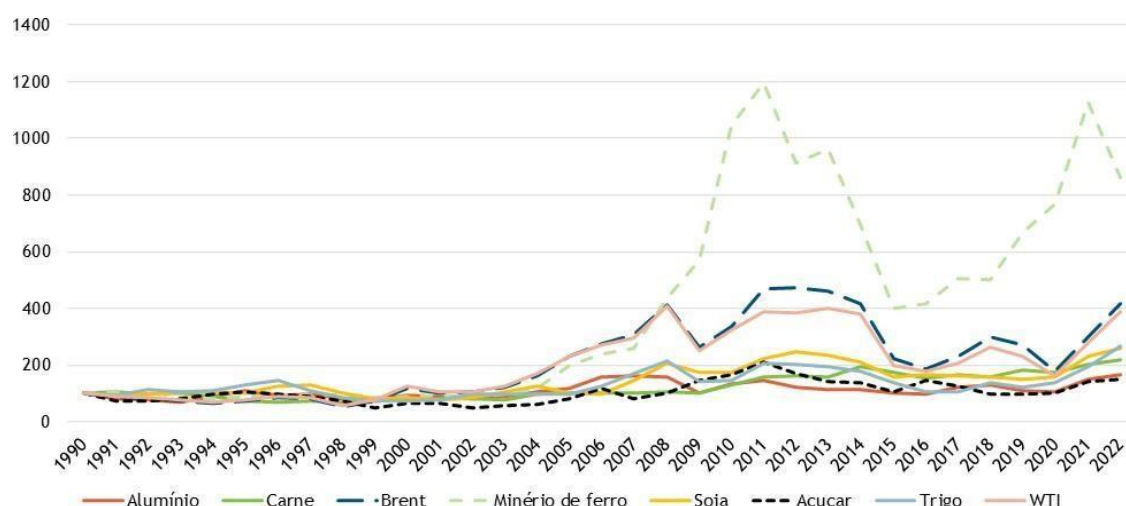
Dessa forma, o Estado do Pará ficou completamente exposto às flutuações de mercado, pelo fato de que o preço das commodities esteve diretamente relacionado às leis de oferta e da demanda, ou seja, evidenciou um grau de incerteza muito grande, que pode ser agravado por diversos fatores, como o risco político, por exemplo, o impeachment do Presidente Dilma no final de 2015, o que pode explicar também a baixa arrecadação com as exportações paraenses.

De outra parte, pode-se dizer que no estado do Pará não existiu uma diversificação econômica, pelo menos uma diversificação que fosse significativa, pois o governo federal concedeu estímulo ao setor primário exportador com a instituição da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96) que trouxe a desoneração do imposto sobre produtos primários. E essa lei acabou trazendo grandes problemas para os estados exportadores de produtos primários, como é o caso do Pará que é dependente da arrecadação do ICMS, que em 2022 chegou a 81,68% da sua arrecadação total de tributos (CONFAZ, 2023).

E isso é um fator que Kaldor chama a atenção, pois para ele deve ser promovido o crescimento equilibrado para que o desenvolvimento seja alcançado, mas o contraponto foi que houve um desestímulo por meio de políticas para que acontecesse um avanço industrial no estado do Pará, acompanhado de um não impulsionamento ocasionado pela demanda, o que para o autor por consequência acabou não acontecendo um ciclo de crescimento cumulativo. No entanto, Hirschman defende a ideia de que deve acontecer um investimento focado em setores que sejam mais dinâmicos e ele ainda complementa a sua visão dizendo que vê o crescimento equilibrado como um passo mais no futuro para o desenvolvimento e não o primeiro passo para a busca do desenvolvimento. E esse é um ponto interessante levantado por Hirschman, pois o setor primário exportador não é caracterizado como um setor capaz de promover um dinamismo que seja eficiente para o desenvolvimento econômico.

Como se pode observar pela Tabela 1 o Pará apresentou uma certa constância nos gastos com as suas importações, somente no ano de 2022 que aconteceu um aumento considerável na quantidade gasta em importação, no entanto o volume das importações não acompanhou na mesma proporção o aumento dos gastos, pois nesse ano houve um aumento no preço das importações. Diante disso, verificou-se que mesmo com essa oscilação nos preços que aconteceu em 2022, o Pará ainda conseguiu manter o superávit na sua Balança Comercial, que seria um ponto positivo para a economia paraense quando se tem em mente a teoria de Thirlwall, onde ele afirma a necessidade de uma economia sempre manter o seu balanço de pagamentos saudável.

Gráfico 1 – Índice de Preços de Commodities



Fonte: FMI, elaboração IBP (2023)

Sob uma perspectiva orgânica, o estado do Pará cumpriu sua parte no papel de captador de divisas para financiar os deficits financeiros da desorganização econômica do Brasil, a custa de uma economia não diversificada, extrativista mineral que apresentou economia de escala e progresso técnico, mas sem encandeamento para frente ou para trás. Por último, vale ressaltar que o minério de ferro não é o mineral base da atual revolução tecnológica de modo que a Vale investi os seus recursos na diversificação da produção mineral em outros países, deixando a Amazônia na dependente da demanda de países emergentes, especialmente a China.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a quantidade Exportada e Importada em US\$, assim como o saldo do Balanço Comercial do Amazonas, a partir do ano de 2010 até o ano de 2023.

Tabela 2: Balanço Comercial do Amazonas

Ano	Importação Valor FOB (US\$)	Importação Quilograma Líquido	Exportação Valor FOB (US\$)	Exportação Quilograma Líquido	Saldo do Balanço de Pagamentos
2023	10.838.340.023	10.838.340.023	801.083.394	351.752.251	-10.037.256.629
2022	14.177.436.313	14.177.436.313	903.836.971	242.557.942	-13.273.599.342
2021	13.226.122.909	13.226.122.909	867.947.966	313.271.434	-12.358.174.943
2020	9.718.230.680	9.718.230.680	786.717.887	331.481.453	-8.931.512.793
2019	10.164.119.349	10.164.119.349	731.092.564	274.571.268	-9.433.026.785
2018	9.992.952.650	9.992.952.650	678.905.997	134.776.754	-9.314.046.653
2017	8.710.891.855	8.710.891.855	672.996.863	175.784.138	-8.037.894.992
2016	6.266.381.033	6.266.381.033	574.981.577	200.885.129	-5.691.399.456
2015	8.997.981.002	8.997.981.002	770.711.282	154.112.001	-8.227.269.720
2014	13.135.998.381	13.135.998.381	924.042.593	179.524.784	-12.211.955.788
2013	14.294.853.580	14.294.853.580	1.027.726.556	133.407.078	-13.267.127.024
2012	13.420.040.730	13.420.040.730	958.379.081	111.083.228	-12.461.661.649
2011	12.705.106.938	12.705.106.938	890.725.362	127.204.179	-11.814.381.576
2010	11.130.809.870	11.130.809.870	1.103.867.924	125.290.683	-10.026.941.946

Fonte: Comex Stat (2023)

Analisando os dados das exportações do estado do Amazonas, verificou-se que em comparação com as exportações do estado do Pará é consideravelmente menor, chegando em 2023 as exportações do estado do Amazonas serem 95,6% menores do que as exportações do estado do Pará. No entanto, as

características dos produtos que foram exportados pelo Amazonas foram bem diferentes do estado do Pará.

Notou-se que diferentemente do estado Pará, o Amazonas não concentrou a sua produção para a exportação em produtos primários, de baixo valor agregado, mas já teve um foco em produtos que agregavam valor, no entanto, a sua taxa de exportação continuou muito baixa, mesmo que a sua taxa de participação na Indústria de Transformação seja maior que a do Pará, tendo o seu auge em 2011 com 3,4%, mas com pouca variação para o seu mínimo que foi de 2,8% (IBGE, 2022).

Nessa situação, a Amazonas manteve como principal produto exportado as preparações para elaboração de bebidas, mas notou-se que com o tempo cada vez mais produtos melhores elaborados ganharam mais visibilidade, especialmente a montagem de produtos como motocicletas e aparelhos de barbear. De fato, a Zona Franca de Manaus foi criada em 1980 com o intuito de promover o modelo de substituição de importações, e esse pólo foi formado justamente por empresas de eletroeletrônicos e de eletromecânica. Em 2016, foi estabelecida em Manaus a EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), que foi uma colaboração do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) juntamente com Ministério de Educação (MEC), com o intuito de colaborar para que houvesse um unidades de pesquisas que desempenhassem projetos para que então fossem desenvolvidas pesquisas científicas e tecnológicas de forma conjunta entre as empresas e as instituições públicas e privadas. Em 2020, foi estabelecido o Polo Industrial de Manaus.

Dessa maneira, observou-se que no estado do Amazonas que as empresas internacionais estavam se aproveitando das vantagens de localização presentes nessa região, pois em se tratando de uma região subdesenvolvida, a mão-de-obra barata e qualificada foi bastante chamativo para empresas multinacionais que visavam se aproveitar dessas vantagens para seus custos e eficiência fossem otimizados.

Agora associando os valores arrecadados pelas exportações e os gastos com as importações observado na Tabela 2, verificou-se que o Amazonas atuou em déficit no seu Balanço de Pagamentos, entretanto não sofreu os efeitos da Lei Kandir pelo fato de produzir produtos industriais. No período de 50 anos, as transformações industriais ocorridas no Estado do Amazonas na direção de produzir produtos com maior intensidade tecnológica foram extremamente lentas, pois as decisões de investimento são tomadas fora da Amazônia, eliminando a perspectiva de criação e produção de produtos industriais que atendam a demanda endógena, baseados na nossa cultura, e depois ganhem o mercado internacional.

Diante do foi apresentado, nos últimos 50 anos, o estado do Pará apresentou uma trajetória industrial extremamente perigosa em direção à atividade extrativista mineral na ausência de qualquer base de tributação, com elevados superávits na balança comercial. Por outro lado, o estado do Amazonas foi posicionado na direção certa de criação de uma base econômica de tributação, com estabelecimento recente de instituições voltadas para o desenvolvimento de produtos industriais de alta tecnologia. Entretanto, por conta da ausência, falta de sequência, descoordenação e inconsistência nos planos de longo prazo do governo brasileiro, o estado do Pará está caminhando a passos largos para um caminho sem volta, por sua vez o estado do Amazonas não consegue sair da produção de preparativos para elaboração de bebidas, montagem de moto e aparelhos de barbear e apresenta recorrentes déficits no seu balanço de pagamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as teorias econômicas existentes são facilmente aplicáveis nos grandes países capitalistas que possuem um esquema cultural em evolução com organização econômica eficiente, possuem conhecimento, cultura e tecnologias avançadas e as reformas econômicas possuem um caráter impessoal voltado ao desenvolvimento industrial e tecnológico. Por outra parte, os países sub-desenvolvidos apresentam grandes dificuldades de realizarem planejamento de forma sequencial, cumulativa e consistente, pois os planos de governo são realização ao gosto do presidente em exercício.

Nesse sentido, o Estado não consegue atuar no sentido de controlar as forças que causam o círculo vicioso. Na verdade, o Estado reforça esse círculo vicioso ao implementar medidas que incentivam a competitividade baseada nas vantagens comparativas estáticas e que provocam restrições de demanda, causam a dependência cultural, tecnológica e financeira externa que por sua vez alimentam o atraso cultural e fortalecem a manutenção do status quo.

Historicamente, a Amazônia foi vítima de planos personalistas de todos os Presidentes desde a

proclamação da República, sem exceção. Sempre foi relegado à Amazônia um papel subalterno no Planejamento Nacional do Desenvolvimento Regional, seja como exportadora de matéria prima ou captadora de divisas. Faz-se necessário que a visão de realizar planejamento de longo prazo no Brasil se modifique e evolua para um modelo mais impessoal, mais científico, mais técnico. Só assim o potencial da cultura, da população e riqueza da Amazônia será visto e utilizado de forma mais eficiente. E as teorias econômicas voltadas aos países subdesenvolvidos de Hirschman, Myrdal, Kaldor, Celso Furtado, Thirlwall poderão servir de base para elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLASBR – Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>> Acesso em: novembro de 2023.

CARVALHO, Ruy de Quadros; FURTADO, André Tosi. **Padrões de Intensidade Tecnológica da Indústria Brasileira: um estudo comparativo com os países centrais**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 70-84, 2005,

CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

COMEX STAT: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível:

<<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>> Acesso em: novembro de 2023.

DA SILVA, Mateus Pinto. **Análise do Desempenho do Processo de Coordenação das Políticas Econômicas do Estado do Pará entre 2007 e 2017**. Belém: UFPA, 2020.

DAVIDSON, Paul. **A lei de Thirlwall**. Revista de Economia Política, 1990.

FREIRE, José Vitor Gonzaga. **Eficiência, Inovação e o Padrão de Comércio do Estado do Pará entre 2010 e 2019**. Belém: UFPA, 2021

DUNNING, J.H. **The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions**. Journal of International Business Studies, v.19, n.1, p. 1-31, 1988.

DUNNING, J.H. **Toward an Eclectic Theory of International Production: Some Empirical Tests**. Journal of International Business Studies, Vol. 11, n.1, pp. 9- 31, 1980.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

IBGE: Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: novembro de 2023.

HIRSCHMAN, Albert. **Ascensão e Declínio da economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1982.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1961.

KALDOR, Nicholas. **The role of increasing returns, technical progress and cumulative causation in the theory of international trade and economic growth**. Economie Appliquée, 1981.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

OCAMPO, José Antônio. Hirschman, a industrialização e a teoria do desenvolvimento. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, 2013.

PORTER, Michael. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

SIDRA: Banco de Tabelas Estatísticas. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>> Acesso em: novembro de 2023.

SANTOS, João Pereira; WANZELER, Líbia Thais Batista. **Tecnologia, Instituições e a Indústria da Amazônia entre 1990 e 2005**. Belém: UFPA, 2022.

THIRLWALL, Anthony Philip. **A restrição do balanço de pagamentos como uma explicação para diferenças nas taxas internacionais de crescimento**. PSI. Quarterly Review, 1979.

VERNON, Raymond. Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto. Quarterly journal of economics, 1966.

WANZELER, Líbia Thais Batista. **Investimento Direto Externo e Estratégias das Empresas Transnacionais na Zona Franca de Manaus: o caso da empresa ADATA TECHN**